

13.1 PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO CÓDIGO REGULAMENTAR DO MUNICÍPIO DE BRAGA – EVENTOS MUNICIPAIS:

Da **DMGAP** submetendo à consideração do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, a proposta de alteração aos artigos D-2/3º e I/30º do CRMB.

Divisão de Fiscalização

| Direção Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva |

Data: 22/10/2018

Assunto: Alteração ao Código Regulamentar do Município de Braga | Proposta.
Eventos Municipais.

| Despacho superior |

Concedo-lhe o
pedido.
6/11/2018 Jy

As Excmas. Excmas.

18 11 2018



Considerando que,

- Os principais eventos organizados pelo Município de Braga decorrem quase exclusivamente em espaço público;
- O espaço público conta atualmente *(e em resultado da forte dinamização económica que se vem constatando)* com diversas ocupações de carácter comercial, que vão constringendo e limitando cada vez mais o planeamento e gestão de tais eventos.

Mais considerando que,

- Ao longo dos últimos anos o público que ocorre aos eventos municipais tem crescido exponencialmente, exigindo da cidade uma resposta à medida, em termos de logística, valências e segurança;
- De igual forma, tem sido preocupação do Município implementar políticas ambientais e de sustentabilidade, constituindo estes eventos um palco privilegiado para a sua disseminação e sensibilização em larga escala.

Urge,

- Por um lado, dotar o Município da possibilidade de proibir/restringir a amplitude de algumas ocupações de espaço público, quando tecnicamente se conclua que perturbam a segurança e mobilidade do evento, ou quando se situem em zonas estratégicas de programação;
- Por outro lado, fazer depender o direito de ocupação de espaço público e/ou o direito de usufruir de um horário alargado de funcionamento, da observância de alguns requisitos reputados como pertinentes e essenciais para o desenrolar de determinado evento *(a título meramente exemplificativo, refira-se a disponibilização dos WC aos clientes por parte dos estabelecimentos ou a venda exclusiva em copos reutilizáveis)*.

Assim, visando dar resposta às necessidades acima identificadas, somos a propor:

I) Nos termos do Artigo 11.º do DL n.º 48/2011, de 1 de abril, na sua redação atual, a alteração do Artigo D-2/3.º do Código Regulamentar do Município de Braga nos seguintes termos:

REDAÇÃO ANTERIOR	REDAÇÃO PROPOSTA (acrescentar)
<p align="center">Artigo D -2/3.º Precariedade</p> <p>1-Todos os licenciamentos, autorizações e comunicações resultantes dos regimes previstos no presente Título são temporários, apenas produzindo efeitos durante o período de tempo previsto no correspondente título.</p> <p>2- Por razões de interesse público devidamente fundamentado e sendo estritamente necessário, podem tais licenciamentos, autorizações e comunicações ser postos em causa.</p>	<p align="center">Artigo D -2/3.º Precariedade</p> <p>1-Todos os licenciamentos, autorizações e comunicações resultantes dos regimes previstos no presente Título são temporários, apenas produzindo efeitos durante o período de tempo previsto no correspondente título.</p> <p>2- Por razões de interesse público devidamente fundamentado e sendo estritamente necessário, podem tais licenciamentos, autorizações e comunicações ser postos em causa.</p> <p>3- Nos eventos municipais podem os licenciamentos, autorizações e comunicações, mediante notificação via edital com uma antecedência mínima de dez dias úteis, ser:</p> <ul style="list-style-type: none"> i) condicionados ao cumprimento de requisitos reputados como essenciais pela respetiva organização; ii) restringidos, total ou parcialmente, quando conclua que perturbam a segurança e mobilidade do evento, ou quando se situem em zonas estratégicas de programação.

II) No que concerne ao regime sancionatório da violação da norma de ocupação de espaço público em eventos municipais proposta no ponto I), estando já prevista a respetiva contraordenação, faltará apenas prever uma sanção acessória nos seguintes termos:

REDAÇÃO ANTERIOR	REDAÇÃO PROPOSTA (acrescentar)
<p align="center">Artigo I/30.º Ocupação do espaço público</p> <p>1-Constituem contraordenações, puníveis com coima, as seguintes infrações:</p> <p>(...)</p> <p>g) A ocupação do espaço público em violação das regras previstas no Título D -2 e no Anexo 5;</p> <p>(...)</p> <p>2- São aplicáveis as seguintes coimas:</p> <p>g) às infrações previstas nas alíneas g) a j) do número anterior, € 200,00 a € 2000,00, tratando-se de pessoa singular, ou € 400,00 a € 4000,00, no caso de se tratar de pessoa coletiva;</p> <p>(...)</p>	<p align="center">Artigo I/30.º Ocupação de espaço público</p> <p>1-Constituem contraordenações, puníveis com coima, as seguintes infrações:</p> <p>(...)</p> <p>g) A ocupação do espaço público em violação das regras previstas no Título D -2 e no Anexo 5;</p> <p>(...)</p> <p>2- São aplicáveis as seguintes coimas:</p> <p>g) às infrações previstas nas alíneas g) a j) do número anterior, € 200,00 a € 2000,00, tratando-se de pessoa singular, ou € 400,00 a € 4000,00, no caso de se tratar de pessoa coletiva;</p> <p>(...)</p> <p>3- Quando a infração prevista na alínea g) do número anterior, respeitar à violação de requisitos fixados para ocupação de espaço público em eventos municipais, será determinada a sanção acessória de proibição de ocupação de espaço público no evento municipal imediatamente posterior.</p>

À consideração superior,

Bárbara Magalhães